

NOTAS SOBRE OS ESTUDOS DE T. ADORNO EM BERKELEY: A
'FARSA DA FARSA' NA AMÉRICA LATINA E O VIGOR DA
ESCALA F

NOTES ABOUT T. ADORNO STUDIES IN BERKELEY: 'FARCE OF
THE FARCE' IN LATIN AMERICA AND THE STRENGTH OF THE F
SCALE

Emerson Campos Gonçalves¹
Robson Loureiro²

Recebido: 08/2019
Aprovado: 11/2019

Resumo: Na última década, a reboque das políticas neoliberais que se fortalecem no cenário global, a América Latina se tornou palco da ascensão de governos de extrema-direita marcados pela defesa de pautas ultraconservadoras que colocam sob suspeita a possibilidade de um projeto democrático e condicionam a existência social àquilo que Miguel Vedda (2018) definiu como uma 'farsa da farsa'. A partir da constatação do crescimento do fascismo e da provocação aludida – *farsa da farsa* –, o escopo deste artigo é defender a atualidade dos estudos sobre a personalidade autoritária desenvolvidos pelo Grupo de Berkeley e apresentar uma revisão sobre as nove categorias da *Escala F*, tal como elaborado na pesquisa *The authoritarian personality*, coordenada por Adorno (1950), como prisma adequado para a análise de fenômenos sociais relacionados ao avanço do neonazifascismo em nível mundial.

Palavras-chave: Personalidade autoritária; Adorno; Grupo de Berkeley.

Abstract: In the last decade, in the wake of neo-liberal policies that have grown stronger on the global stage, Latin America has become the stage for the rise of extreme right-wing governments marked by the defense of ultraconservative guidelines that put the possibility of a democratic project under suspicion and condition existence to what Miguel Vedda (2018) defined as a “sham farce” – *farce of the farce*. From the account of the growth of fascism and the provocation referred to – *farce of the farce* –, this article aims to defend the actuality of the studies on authoritarian personality developed by the Berkeley Group and to present a review on the nine categories of the Scale F, as elaborated in *The authoritarian personality* research, coordinated by Adorno (1950), as an adequate prism for the analysis of social phenomena related to the advance of neo-Nazism in the world level.

Keywords: Authoritarian personality; Adorno; Berkeley Group.

¹ Doutorando no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/Ufes) como bolsista Capes. Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação, Filosofia e Linguagens (Nepefil/Ufes). E-mail: emerson.goncalves@aluno.ufes.br

² Professor Associado da Universidade Federal do Espírito Santo e docente no PPGE/Ufes. Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina, com estágio doutoral na School of Education da University of Nottingham (Inglaterra) e estágio pós-doutoral pela School of Philosophy da University College Dublin (Irlanda), ambos com bolsa CAPES e pela Universität Leipzig (Alemanha). Coordenador do Nepefil/Ufes. E-mail: robson.loureiro@ufes.br

Introdução: a ‘farsa da farsa’

“Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa” (Marx, 2011, p. 25). Replicada à exaustão por críticos, marxistas e marxianos mais ortodoxos, a célebre citação de Karl Marx em *Der 18te Brumaire des Louis Napoleon* ganhou nova leitura durante a conferência ministrada pelo professor Miguel Vedda (Universidade de Buenos Aires), no XI Congresso Internacional de Teoria Crítica³. Na ocasião, ao mencionar os estudos desenvolvidos sobre Siegfried Kracauer, Vedda questionou:

Tomando como premissa que as ditaduras militares foram a tragédia da América Latina no século XX e que a implementação dos governos neoliberais dos anos 1990 foram a farsa, pode-se afirmar que no atual cenário, marcado pela ascensão de governos de extrema-direita, experimenta-se a ‘farsa da farsa’? (Vedda, 2018, n.p.).

A potência da questão formulada por Vedda (2018), a partir de Marx, reside justamente na dificuldade de refutá-la, sobretudo quando se compreende que na Modernidade, em termos históricos, a ‘farsa da farsa’ pode se converter facilmente em uma espécie de simulacro restaurador do nazifascismo, vez que persistem no século XXI as condições materiais e imateriais responsáveis por gerar o mesmo sentimento claustrofóbico que foi capaz de levar os alemães a se perfilarem ao lado dos executores da SS. Não por acaso, nas palavras de Adorno (1995), a barbárie pode se repetir porque a pressão social ainda se impõe, ou seja: “Ela impele as pessoas em direção ao que é indescritível e que, nos termos da história mundial, culminaria em Auschwitz” (Adorno, 1995, p. 125).

O objetivo deste trabalho não é testar, opor ou elaborar a questão apresentada por Vedda (2018). Ao contrário, ela é um importante sinal de alerta. Por isso, busca-se retomar os estudos desenvolvidos por Theodor W. Adorno, na colaboração que ficou mundialmente conhecida como Grupo de Berkeley e também discutir a relevância e o vigor das nove categorias descritas na pesquisa *The authoritarian personality*, passíveis de serem referências para o estudo sobre as maneiras pelas quais a ‘farsa da farsa’ pode materializar o espectro do fascismo na América

³ A provocação foi feita por Miguel Vedda durante a conferência “Filosofia, Teoria Social e Estado de Exceção”, da qual também participou o professor Ricardo Timm de Souza. O congresso foi realizado entre 01 e 05 de outubro de 2018 na Unesp Araraquara, conforme referência ao fim do texto.

Latina.

Para Ibáñez (2006), as pesquisas sobre a personalidade autoritária conduzidas por Theodor W. Adorno e seus colaboradores (Else Frenkel-Brunswik⁴, Daniel J. Levinson⁵ e Nevitt Sanford⁶) em Berkeley, na Universidade da Califórnia, são provavelmente a manifestação mais famosa e elaborada da vertente de investigação social originada na Escola de Frankfurt. Isso porque o trabalho, publicado originalmente em 1950 pela editora *Harper & Brothers*, além de encarar um objeto considerado tabu – a constituição de personalidades autoritárias e potencialmente fascistas⁷ na sociedade estadunidense do pós Segunda Guerra Mundial – naquele contexto histórico, trouxe, pela primeira vez, uma potente aplicação de algumas das principais inquietações teóricas apresentadas por Adorno e Max Horkheimer em *Dialética do esclarecimento*, uma vez que, pelas vias da psicanálise e da psicologia social, bem como por meio de uma análise sociológica histórico-dialética, propõe-se a compreender as consequências do processo de antiesclarecimento nos indivíduos.

Desenvolvido dentro do Centro de Estudos de Opinião Pública em conjunto com o Instituto de Investigação Social (cooperação que ficou conhecida como Grupo de Berkeley⁸), o livro *The authoritarian personality* é composto de introdução, conclusão e cinco partes ao mesmo tempo independentes e complementares: i) medição das tendências ideológicas; ii) personalidade revelada através de entrevistas clínicas; iii) personalidade revelada através de materiais projetivos; iv) estudos qualitativos sobre ideologia; e v) aplicações a indivíduos e grupos especiais. Somadas, as partes formam um corpo de 23 capítulos – assinados de forma individual ou coletiva pelos autores – distribuídos ao longo de 988 páginas.

Na publicação original, os estudos sobre a personalidade autoritária contam com prefácio de Horkheimer, que em 1950 era o editor da editora *Harper & Brothers*. Em seu texto

⁴ Psicóloga judia polonesa, Else Frenkel-Brunswik fugiu para os Estados Unidos com o avanço do nazismo na Europa. Viveu em Berkeley até sua morte, em 1958, aos 50 anos. No Grupo de Berkeley era responsável pela categorização e quantificação do material.

⁵Conhecido por sua teoria das estações da vida adulta, o psicólogo Daniel J. Levinson (1920-1994) fez grandes contribuições para os campos da psicologia comportamental, social e de desenvolvimento. Dentro dos estudos sobre a personalidade autoritária, foi o responsável pelas escalas, estatísticas e interpretação psicológica.

⁶ Professor de Psicologia na Universidade da Califórnia, Nevitt Sanford (1909-1995) desenvolveu estudos sobre etnocentrismo e antissemitismo. Em Berkeley, foi responsável pelas técnicas para a pesquisa e coordenou os trabalhos ao lado de Adorno.

⁷ Toma-se neste trabalho, a exemplo do que ocorre nas conclusões dos estudos de Adorno et al. (1950), as noções de personalidades potencialmente *fascistas* ou *autoritárias* como sinônimos, ainda que sabendo da distinção radical que marca os dois comportamentos, visto que as condições que determinam a formação dessas personalidades são semelhantes e é impossível diagnosticar com precisão se os desdobramentos serão direcionados para a prática do autoritarismo ou para a efetiva associação com o fascismo.

⁸ Além dos autores principais que assinam a obra, Horkheimer (1950 citado por Adorno et al., 1950) destaca a participação e a relevância de Betty Aron, Maria Hertz Levinson y William Morrow.

de abertura, ele situa a obra do Grupo de Berkeley como integrante de uma série de estudos sobre o preconceito, mas não se furta a apontá-la entre as demais como um emergente clássico da psicossociologia política. Horkheimer sugere que o livro:

[...] trata sobre a discriminação social. No entanto, sua finalidade não é simplesmente adicionar mais algumas descobertas empíricas a um já amplo corpo de conhecimento. O tema central do trabalho é relativamente novo: o surgimento de uma espécie “antropológica” que chamaremos de um tipo autoritário de homem. Ao contrário do tipo intolerante mais antigo, este parece combinar ideias e habilidades típicas de uma sociedade altamente industrial com crenças irracionais ou antirracionais. É ao mesmo tempo esclarecido e supersticioso, orgulhoso de seu individualismo e constantemente temeroso, assemelha-se aos outros, com inveja da sua independência e inclinado a submeter-se cegamente ao poder e autoridade. A estrutura de caracteres que compreende essas tendências contraditórias já atraiu a atenção de filósofos e pensadores políticos contemporâneos. Este livro aborda o problema com os meios sociopolíticos de pesquisa (Horkheimer in Adorno et al., 1950, p. ix, tradução nossa).

De fato, ainda que a gênese dos estudos sobre autoritarismo não possa ser atribuída a Adorno, tampouco aos estudos sobre a personalidade autoritária conduzidos por seu grupo, o livro – *The authoritarian personality* – é um marco ao trazer abordagens tanto práticas como teóricas. Horkheimer (in Adorno et al., 1950) lembra que os autores não creem na existência de um atalho que elimine o caminho sinuoso das investigações minuciosas e das análises teóricas, nem que os problemas das minorias na sociedade moderna (mais especificamente os problemas ligados aos ódios religioso e racial) possam ser tratados com eficácia perante a propaganda para a tolerância, mas antes que devem ser investigados e compreendidos como fenômeno psicossocial (e por isso, a grande relevância da empreitada de Berkeley).

Para indicar a importância do trabalho desenvolvido nos estudos conduzidos por Adorno et al. (1950), Horkheimer (in Adorno et al., 1950) rememora a contribuição da ciência moderna e do racionalismo sobre o pensamento mítico que marcava as práticas de “bruxaria” nos séculos XVII e XVIII e a relevância das contribuições de Freud sobre a primeira infância para a educação moderna, sugerindo que os estudos do Grupo de Berkeley têm a mesma relevância e envergadura científica. Ao buscar a compreensão dos fatores sociopsicológicos que tornaram possível que um tipo autoritário de homem ameaçasse o sujeito individualista e democrático em vigor desde a Revolução Francesa, Horkheimer considera que Adorno et al. (1950) contribuíram para aumentar as possibilidades de um “contra-ataque genuinamente educativo” (Horkheimer in Adorno et al., 1950, p. x, tradução nossa), cuja intenção é combater

a formação de indivíduos inclinados ao fascismo.

Para além das críticas que suscitou – que serão abordadas de forma mais detida no último tópico deste artigo –, como principal contribuição, os estudos sobre a personalidade autoritária trazem a multidisciplinaridade da empreitada que combinou especialistas da teoria social, da psicologia e psicologia clínica, da análise de conteúdos, da sociologia política e de testes projetivos. Esforços esses pautados na investigação da hipótese principal e/ou majoritária de que:

[...] as convicções econômicas, políticas e sociais de um indivíduo muitas vezes formam um padrão amplo e coerente, como se fossem ligados por uma “mentalidade” ou “espírito” entre si, e que este padrão é uma expressão de tendências profundas de personalidade do indivíduo (Adorno et al, 1950, p. 1, tradução nossa).

A partir deste ponto, este artigo sistematiza as diferentes etapas que marcaram o desenvolvimento da pesquisa de Adorno et al. (1950) e estrutura-se em quatro tópicos que buscam: i) explicar como a divergência entre Adorno e Lazarsfeld influenciou os estudos sobre a personalidade autoritária; ii) apresentar as principais hipóteses e pressupostos teóricos que fomentaram o estudo; iii) rememorar as escalas de antissemitismo (AS), etnocentrismo (E), conservadorismo político-econômico (PEC) e as nove categorias da escala de fascismo (F); e, por fim, iv) discutir as principais críticas realizadas ao Grupo de Berkeley, bem como a atualidade das categorias para análise da América Latina do século XXI.

O projeto antes do projeto: a divergência de Adorno com Lazarsfeld

Em decorrência do avanço do nazismo na Alemanha, que ganhou força a partir das eleições de 1933, Theodor W. Adorno, assim como os demais colegas do Instituto para Pesquisa Social, foi obrigado a deixar Frankfurt. O filósofo foi primeiro até Paris e depois seguiu para a Inglaterra, onde lecionou na Universidade de Oxford até 1937, ano que decidiu seguir para os Estados Unidos, onde já se encontravam Max Horkheimer, Herbert Marcuse e Leo Löwenthal. Uma vez estabelecido em Nova York, assumiu um contrato de trabalho na Universidade de Columbia, onde passou a dividir um projeto de pesquisa com o austríaco Paul Lazarsfeld, também exilado em função do nazismo. Após a referida pesquisa, focada em verificar os efeitos do rádio sobre os ouvintes, Lazarsfeld ficou conhecido como o “pai” dos estudos de comunicação de massa. O contato entre ambos foi fundamental para a empreitada que Adorno

lançaria mais a frente, que culminou com os estudos sobre a personalidade autoritária.

Filho de um advogado socialista, Lazarsfeld nasceu em Viena e lá militou em um movimento estudantil socialista dominado pelo austromarxismo, fundamentado na ideia predominante de que a classe operária chegaria ao poder por meio do voto (e não mais pelas vias revolucionárias). É daí – da necessidade pulsante de conquistar a administração do Estado pelo convencimento – que surgem as teses que levariam Lazarsfeld a se preocupar, de forma ativa, com os estudos de recepção nos indivíduos, conforme pondera Celso Frederico (2008):

A perspectiva de conquistar o governo pelo voto e gerir o Estado capitalista, pôs fim ao ativismo revolucionário. O antigo militante voltado à “agitação” e “propaganda” foi substituído pelo quadro burocrático preocupado com as técnicas de gestão. A necessidade de informações tornava-se vital para orientar a ação dessa nova esquerda, principalmente as pesquisas eleitorais que, então, eram uma novidade. Conhecer a disposição dos eleitores e, a partir daí influenciá-los passou a ser um objetivo perseguido pelos partidos e sindicatos (Frederico, 2008, p. 158).

Contudo, desde suas primeiras experiências de campo com estudos sobre a escolha de marcas de sabão, ainda na Áustria, Lazarsfeld havia deixado claro que “tanto faz voto socialista ou compra de sabão: ‘o método tornou-se autônomo’ e, conseqüentemente, a formulação da pesquisa torna-se independente dos conteúdos aos quais é aplicada” (Frederico, 2008, p. 159). Logo, ao propor um empirismo sociológico marcado como método neutro e estatístico, científico e universal, capaz de abranger todos os objetos que pretenda analisar, Lazarsfeld marca um posicionamento que diverge de forma radical da perspectiva dialética de sociologia defendida por Adorno. Destarte, a experiência entre os dois, nas palavras de Ibáñez, teria “acabado mal” (2006, p. 155):

Adorno não confiava em técnicas de medição ou análise de conteúdo, tentando construir um retorno a uma teoria ambiciosa da reificação de produtos culturais e degeneração artística que, em sua opinião, imprimia o consumo musical “enlatado”, com seus intermináveis solipsismos epistemológicos e seus bordões em latim, nosso autor exasperou Lazarsfeld, que acabou removendo-o do programa, acusando-o, entre outras coisas, de desprezar injustamente o público (Ibáñez, 2006, p. 156).

O principal ponto de divergência entre Adorno e Lazarsfeld, na avaliação de Frederico (2008), pode ser diagnosticado a partir da polarização que nos anos de 1940 marcava a compreensão de método, dentro da sociologia. Enquanto na perspectiva dos estudos desenvolvidos na Europa a tendência era de aproximar o método da noção de epistemologia, a

tradição empírica estadunidense, “[...] empenhada em cortar os laços com a filosofia”, entendia método como meras técnicas de pesquisa (Frederico, 2008, p. 160).

É fato que em seu retorno à Alemanha, após o exílio, Adorno faz uma defesa parcial do empirismo estadunidense contra a corrente que buscava tratar a sociologia como uma espécie de “ciência do espírito”, porém, isso não o impede de desenvolver de forma reiterada, sua crítica sobre o primado do método sobre o objeto que marcava o empirismo (Adorno, 1995), propondo, na contramão dessa tendência, a primazia do objeto (*Vorrang des Objekts*) como caminho necessário nas ciências sociais. O procedimento empírico imposto ao objeto como método fechado, de acordo com Adorno, caracteriza-se pela sua extrema (e frágil) generalidade e traz a imagem de uma sociedade homogênea, sem contradições, uma vez que se fixa “[...] apenas nas opiniões expressas nas respostas a questionários” (Frederico, 2008, p. 161).

Frederico (2008) considera que a principal crítica de Adorno em relação a essa tendência está no fato de que a coleta de dados e o tratamento estatístico não conseguem, de forma isolada, apreender/analisar criticamente as tendências sociais, mas apenas congelá-las, em determinado quadro:

Para tanto, a dialética, desejosa de romper com o falso isolamento dos indivíduos-átomos e da correspondente visão de uma generalidade abstrata, reivindica a totalidade – conceito estruturador da própria realidade e do pensamento [...], busca explicitar as conexões entre as partes e o todo e o faz num sentido inverso do positivismo. A prioridade do todo sobre as partes, por sua vez, não significa que aquele seja um dado prévio, imóvel, uma figura fixa. Trata-se, isto sim, da compreensão de que a sociedade é um “processo” e que, por isso, não pode ser captada “imediatamente” (Frederico, 2008, p. 162).

A partir desse pensamento – e alinhado contra o empirismo sociológico de Lazarsfeld –, Adorno defende um estudo do rádio enquanto *media* a partir de sua totalidade (Carone, 2003), o que implica buscar todas as conexões – e possíveis relações – do meio com a sociedade. É nesse sentido que já no experimento da Rádio de Princeton ele propõe a realização de entrevistas que obrigassem os participantes do estudo a racionalizar após ouvirem os programas, contrariando o famoso experimento/aparelho de Lazarsfeld, no qual os indivíduos pressionavam botões que sinalizavam apenas aprovação ou aversão ao conteúdo que ouviam na estação. Isso porque, enquanto na experiência do austríaco eram valorizados os estudos empíricos de recepção, a partir daquele único momento (como se ele fosse descolado da sociedade como um todo), para Adorno interessava o contexto de produção da mensagem radiofônica, ou seja, tudo o que diz respeito à formação histórica dos indivíduos em sua

singularidade e da sociedade em que vivem, não apenas o ato de gostar ou não de determinado conteúdo. É a partir dessa experiência inicial (e do rompimento mais que esperado com Lazarsfeld) que Adorno passa a formular as bases dos experimentos que desenvolveria com o Grupo de Berkeley.

Estudos sobre a personalidade autoritária: hipóteses e fundamentos

Em 1941, depois da experiência frustrada com Lazarsfeld (que mais tarde assumiu algum arrependimento por não ter sido mais paciente com o colega de pesquisa), Adorno se mudou com Horkheimer para Los Angeles, onde passou a integrar o Grupo de Berkeley, equipe de pesquisadores responsável pelos estudos sobre a personalidade autoritária. A investigação teria sido encomendada pelo Comitê Judeu estadunidense que, alarmado com o desenvolvimento do nazismo em uma sociedade culta e tecnicamente avançada como a alemã, passou a financiar investigações que se propusessem a verificar a presença do antissemitismo nos Estados Unidos. O objetivo do Comitê era identificar qualquer germe das bases que culminaram em Auschwitz a fim de pressionar as autoridades por medidas educativas mais eficientes.

Conforme se pontuou na abertura deste trabalho, os estudos sobre o fenômeno antissemita descritos em *The authoritarian personality* são a principal – e primeira – manifestação de uma pesquisa empírica pautada, em grande medida, pelos marcos sociais e teóricos que Adorno e Horkheimer lançaram no livro *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos* (1944/1947), sobretudo no excerto sobre antissemitismo. Nessa nova empreitada, ao contrário da experiência com Lazarsfeld, Adorno conseguiu persuadir os colegas a ampliarem a observação para além da lente reducionista da estatística, explorando processos relativos à relação interdependente entre a personalidade (aspecto singular de cada indivíduo) e a ideologia (enquanto valor pautado na pressão imposta pelo grupo social).

A partir da hipótese principal, segundo a qual as convicções econômicas, políticas e sociais do indivíduo formam um padrão coerente capaz de expressar tendências de sua personalidade, Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson e Sanford elaboraram um conjunto complexo de questionários e escalas, a fim de averiguar a formação de indivíduos “potencialmente” fascistas.

Ao concentrarmos no potencial fascista não queremos dizer que outros tipos

de personalidade e ideologia não poderiam ser igualmente estudados com proveito. Em nossa opinião, porém, não existe outra tendência político-social que suponha uma ameaça tão grave para nossas instituições e valores tradicionais como o fascismo, assim o conhecimento das forças da personalidade que favorecem sua aceitação pode ser, em última instância, útil para combatê-la (Adorno et al., 1950, p. 1, tradução nossa).

Sobre isso, Adorno et al. (1950) lembram que o uso do termo “potencialmente” ocorre por não estudarem indivíduos declaradamente fascistas ou pertencentes a organizações fascistas, pois no momento das coletas e entrevistas, fazia pouco tempo que o fascismo teria supostamente sido derrotado, com o fim da Segunda Guerra Mundial. Contudo, lembram que “[...] não foi difícil encontrar indivíduos cuja opinião indicaria que aceitariam de bom grado o fascismo se ele se tornasse um movimento social forte e respeitável” (Adorno et al., 1950, p. 1, tradução nossa). Em torno dessa assertiva, Adorno et al. (1950) propõem algumas questões centrais como norte da investigação:

Se existem indivíduos fascistas em potencial, exatamente como eles são? O que compõe seu pensamento antidemocrático? Quais são as forças organizadoras do fascismo dentro dessa pessoa? E se tais pessoas existem, com qual frequência elas aparecem em nossa sociedade? Se elas existem, quais foram os fatores determinantes e o curso de seu desenvolvimento? (Adorno et al., 1950, p. 2, tradução nossa).

Ao constatarem que em alguns momentos a pesquisa precisava focar mais na psicologia do que na sociologia ou história, ainda que a separação dos três só possa acontecer de forma artificial (Adorno et al., 1950, p. 3), a equipe apresentou duas micro hipóteses: [1] o antissemitismo não é um fenômeno específico ou isolado, mas parte de um quadro ideológico maior; e [2] a suscetibilidade que um indivíduo demonstra em relação a essa ideologia depende fundamentalmente de suas necessidades psicológicas.

Com isso, passaram a adotar o termo ideologia, no sentido aceito de forma mais usual dentro da filosofia, ou seja, como organização de opiniões, atitudes e valores, isto é, um modo de pensar sobre o homem e a sociedade.

Nós podemos falar sobre a ideologia total do indivíduo ou sobre sua ideologia em relação às diferentes áreas da vida social: política, economia, religião, minorias, etc. Ideologias existem independentemente de qualquer indivíduo; e aqueles que existem em um determinado período são o resultado de processos históricos e dos eventos sociais que lhes são contemporâneos. Essas ideologias exercem em cada indivíduo diferentes graus de apelação, uma questão que depende de suas necessidades e do grau em que essas

necessidades têm sido satisfeitas ou frustradas (Adorno et al., 1950, p. 2, tradução nossa).

O Grupo de Berkeley passou a dedicar grande atenção à compreensão das necessidades que compõe a personalidade de cada indivíduo, com vistas ao entendimento sobre quais seriam as forças da personalidade e qual seria o processo pelo qual ela se organiza (Adorno et al., 1950, p 5). A pesquisa também se fundamentou na teoria psicanalítica, de Sigmund Freud, e a formulação sistemática dos aspectos da personalidade mais diretamente observáveis e medíveis ficou a cargo da “psicologia acadêmica”.

As forças da personalidade são principalmente necessidades (impulsos, desejos, impulsos emocionais) que variam de um indivíduo para outro em sua qualidade, sua intensidade, seu modo de gratificação e os objetos de seu apego, e que interagem com outras necessidades de maneira harmoniosa ou em padrões conflitantes. Assim, existem necessidades emocionais primitivas, a necessidade de evitar punições e preservar o espírito do grupo social, e a necessidade de manter a harmonia e a integração consigo mesmo (Adorno et al., 1950, p. 5, tradução nossa).

Adorno et al. (1950) pontuam que uma vez que se admite que as opiniões, atitudes e valores dependem das necessidades humanas, e que a personalidade é essencialmente uma organização de necessidades, “[...] a personalidade pode ser considerada determinante para as preferências ideológicas” (Adorno et al., 1950, p. 5). É a partir dessa compreensão que os pesquisadores retomam a proposta de aproximação (e observação mais ampla) dos processos subjetivos que marcam a formação do indivíduo em sua singularidade com as condições objetivas que norteiam toda uma apreensão de valores (que é reiteradamente designada pelas relações sociais e de classe dentro dos sistemas de produção), que rememoram, em grande parte, a mesma noção de ideologia dada por Adorno e Horkheimer no livro *Dialética do esclarecimento*. Em outras palavras, Adorno et al. (1950) reiteram que a ideologia hegemônica é a ideologia dos proprietários dos meios de produção (a mesma que domina os *mass media*). No entanto, eles alertam que o estudo da ideologia, de forma isolada, não pode explicar a formação das personalidades autoritárias, vez que isso não explicaria as diferenças de opinião entre componentes de um mesmo grupo social. Ao defenderem o estudo da formação de cada indivíduo, indicam que:

A personalidade não é, no entanto, hipostatizada como um determinante final. Longe de ser algo que é dado no começo, que permanece fixo e age sobre o mundo circundante, a personalidade evolui sob o impacto do meio social e

nunca pode ser isolada da totalidade social dentro da qual ocorre [...]. As principais influências no desenvolvimento da personalidade surgem no decorrer da educação infantil, quando conduzidas em um ambiente de vida familiar. O que acontece nesse período é profundamente influenciado por fatores econômicos e sociais. Não é só que cada família, ao tentar criar seus filhos, prossegue de acordo com os modos dos grupos sociais, étnicos e religiosos dos quais é membro, mas fatores econômicos afetam diretamente o comportamento dos pais em relação à criança. Isso significa que mudanças amplas nas condições e instituições sociais terão um impacto direto sobre os tipos de personalidades que se desenvolvem dentro de uma sociedade (Adorno et al., 1950, p. 5-6, tradução nossa).

Um dos objetivos da pesquisa, de acordo com a equipe, era investigar as correlações entre ideologia e fatores sociológicos que operaram no passado do indivíduo (continuam esses fatores operando ou não). Os pesquisadores ponderam que esse caminho de aproximação entre o estudo das personalidades e a detecção de padrões comportamentais distintos é fundamental para explicar por que pessoas em uma mesma situação social têm visões diferentes ou até mesmo conflitantes sobre as condições sociais. Eles criticam uma suposta “patologização” dos estudos sobre o fascismo:

Os padrões de personalidade que foram descartados como “patológicos” por não estarem de acordo com as tendências manifestas mais comuns ou com os ideais dominantes dentro de uma sociedade, têm, em uma investigação mais detalhada, se revelado apenas como um “exagero” no que era quase universal por trás das aparências nessa sociedade. O que é “patológico” hoje, com as mudanças sociais, pode se tornar a tendência dominante de amanhã (Adorno et al., 1950, p. 7, tradução nossa).

É na organização do processo, para buscar padrões comuns (e que possam ajudar na compreensão e na formulação de atividades educativas contra a proliferação de ideologias que normalmente levam à formação das personalidades fascistas), que o Grupo de Berkeley passou a desenvolver um conjunto de técnicas para quantificar e, posteriormente, qualificar os dados de pesquisa. Eles defendem que:

Os conceitos e hipóteses sobre o indivíduo antidemocrático, presentes em nossa atmosfera cultural, devem ser apoiados por um grande trabalho de observação meticulosa e, em muitos casos, quantificação, antes que eles possam ser considerados conclusivos (Adorno et al., 1950, p. 3, tradução nossa).

Ainda que possa parecer contraditório para Adorno, que em diversas oportunidades – como na estranhada cooperação com Lazarsfeld – se posicionou contra a sistematização do

pensamento a partir das análises empíricas (que seriam, em sua essência, contaminadas pelo mesmo cientificismo técnico que possibilitou que a humanidade caminhasse até Auschwitz), a organização formal e categorização para interpretação de dados empíricos é uma marca dos estudos sobre a personalidade autoritária, sendo justificados pelo próprio frankfurtiano como de fundamental relevância no contexto em que as utiliza.

Segundo Ibáñez (2006), os argumentos de Adorno em defesa das categorizações realizadas pelo Grupo de Berkeley são três, a saber: i) Categorizações não constituem processos de abstração. Pelo contrário, elas tendem a unificar um material disperso, dando-lhe significado; ii) A categorização, quando é autocrítica como nos estudos sobre a personalidade autoritária, contorna o viés formalista, uma vez que o submete ao processo de interação entre a teoria e a realidade; iii) A categorização é “pragmaticamente produtiva” ao servir de ponte entre duas disciplinas próximas, porém autônomas, como a psicologia e a sociologia.

Ao apontar para a dificuldade de investigar padrões de personalidade em grupo, Adorno e sua equipe consideram que para muitos psicólogos sociais seria impossível estudar cientificamente a ideologia, uma vez que medir uma única atitude (concreta e isolada) com a precisão adequada já seria uma tarefa hercúlea e demasiadamente demorada. É nesse sentido que os pesquisadores alertam para a necessidade, “óbvia”, de se estabelecer algum tipo de seleção.

Ao buscarem esmiuçar e possibilitar a análise da formação de personalidades autoritárias, Adorno e seus colaboradores escolheram determinados grupos de pesquisa (elencaram indivíduos de origens e contextos socioeconômicos diferentes), desenvolvendo quatro escalas principais: antissemitismo (AS), etnocentrismo (E), conservadorismo político-econômico (PEC) e fascismo (F). Tomando-as para análise, o que mais interessa neste artigo não é replicar o complexo sistema de pontuação desenvolvido à luz das escalas de atitude de Thurstone ou Likert⁹ nas escalas supracitadas, mas expor os valores em torno dos quais foram agrupadas as questões dentro da aplicação da escala de fascismo para aproximação entre personalidades fascistas e ideologia, que será mais bem detalhada no próximo tópico.

⁹ Entre as escalas de atitude utilizadas em pesquisas científicas, destacam-se as escalas de Thurstone e a de Likert. Enquanto a escala de Thurstone é utilizada para medir uma provável atitude humana sem indicar a intensidade, a escala Likert é constituída por cinco itens que variam da total discordância até a total concordância, podendo medir o grau de intensidade (Bermudes et al., 2016).

O método do Grupo de Berkeley: técnicas e procedimentos de pesquisa

Para investigar os problemas detalhados no tópico anterior, o Grupo de Berkeley precisou formular um conjunto complexo de procedimentos metodológicos que garantisse a observação das personalidades dos indivíduos em diferentes níveis, de modo que fosse possível identificar e cruzar dados relativos às atitudes que seriam próprias de cada sujeito potencialmente autoritário frente um conjunto de valores ou ideologia predominante. Sobre isso, Adorno (1950) e seus colaboradores na pesquisa lembram que:

O conceito de níveis da pessoa supunha um desafio metodológico particular, o que tornou necessário desenhar técnicas de pesquisa de opinião, atitudes e valores que estavam na superfície; técnicas para tornar explícitas tendências ideológicas que estavam mais ou menos inibidas e só emergiam em manifestações indiretas; e técnicas para trazer à luz as forças de personalidade que descansam no inconsciente (Adorno et al., 1950, p. 11-12, tradução nossa).

No estudo sobre os indivíduos, o Grupo de Berkeley lançou mão de entrevistas e técnicas clínicas especiais e para estudar os grupos foram utilizados questionários formulados a partir da primeira etapa. A ideia foi permitir o diálogo entre os dados e possibilitar aos investigadores uma análise que extrapolasse a mera quantificação empírica de tendências predominantes nas personalidades singulares e/ou nas ideologias dos grupos.

Não pretendíamos que os estudos clínicos fossem tão completos e profundos como alguns que já tinham sido desenvolvidos, principalmente por psicanalistas, nem que os questionários fossem mais precisos que os utilizados até então pelos psicólogos sociais. Sem dúvida, esperávamos – e era, de fato, necessário para nossos objetivos – que o material clínico pudesse ser trabalhado de modo que permitisse ser quantificado e transferido aos estudos de grupo, e que os questionários pudessem ser aplicados sobre questões normalmente reservadas a estudos clínicos (Adorno et al., 1950, p. 12, tradução nossa).

Os pesquisadores tentavam colocar os métodos da psicologia tradicional a serviço dos conceitos da Teoria da Personalidade, própria da psicanálise freudiana. Com esse procedimento, afirmavam que os fenômenos da “psicologia profunda” ficavam mais suscetíveis de tratamento estatístico e as pesquisas quantitativas de atitude e opinião mais psicologicamente significativas (Adorno et al., 1950, p. 12).

A abordagem metodológica, desenvolvida nos estudos, revela um movimento de

investigação que parte da observação dos indivíduos para o grupo e retorna para os próprios indivíduos. Sobre isso, eles consideram que:

A fim de integrar os estudos clínicos e de grupo, ambos foram realizados em estreita conjunção. Quando nos concentramos no indivíduo, o objetivo era descrever em detalhes suas diretrizes de opinião, atitudes, valores e compreender os fatores dinâmicos subjacentes. E, com base nisso, desenhar perguntas significativas para os grupos. Quando nos concentramos no grupo, o objetivo era descobrir quais opiniões, atitudes e valores estavam unidos e quais padrões de fatores nas histórias de vida e situações atuais dos sujeitos eram comumente associados a cada constelação ideológica. Isso ofereceu uma base para selecionar indivíduos para um estudo mais aprofundado, prestando atenção, em primeiro lugar, àqueles indivíduos que exemplificaram padrões comuns, nos quais a existência de uma relação dinâmica entre os fatores correlacionados foi assumida (Adorno et al. 1950, p. 12, tradução nossa).

Na pesquisa, *The authoritarian personality*, foram realizadas 2099 entrevistas em uma amostra heterogênea que incluía estudantes universitários, alunos de cursos de extensão, professores, trabalhadores sociais, militares, trabalhadores e trabalhadoras, mulheres e homens de classe média, membros de associações de trabalho voluntários, presos e pacientes psiquiátricos (Ibañez, 2006, p. 156-157). Restava saber quais eram os indivíduos passíveis de estudo (com potenciais personalidades autoritárias) nesses grupos tão diversos.

Os pesquisadores avaliaram que para estudar os indivíduos potencialmente antidemocráticos, em um primeiro momento seria necessário identificá-los. Na tentativa de chegarem até esses sujeitos, a pesquisa teve início com a aplicação de um questionário para um grupo extenso de indivíduos, que o responderam anonimamente. Nesta primeira etapa, o material trouxe como conteúdo basicamente questões sobre o passado e o presente de cada respondente, bem como proposições antidemocráticas com as quais esses deveriam indicar o simples acordo ou desacordo (escala de Thurstone)¹⁰.

Em um segundo momento, eles prosseguiram com o estudo mediante a realização de outras entrevistas e a aplicação de técnicas clínicas aos indivíduos que mostraram um maior acordo com relação às proposições, aos que mostraram maior desacordo e, também, com aqueles tidos como os mais neutros. A partir das constatações desta etapa, revisaram o questionário e repetiram todo o processo.

¹⁰ Ao contrário de Lazarsfeld, que tinha o estudo das ações na recepção de massa como princípio e fim de sua pesquisa, Adorno e seus colaboradores trataram essa verificação da susceptibilidade a determinados conteúdos como apenas um passo inicial em seu extenso arcabouço metodológico.

A entrevista foi usada em parte como prova da validade do questionário, isto é, ofereceu uma base para avaliar se as pessoas que obtiveram os maiores índices antidemocráticos no questionário eram geralmente aquelas que, em uma relação de confiança com outra pessoa, expressaram sentimentos antidemocráticos com maior intensidade. No entanto, o mais importante foi que os estudos clínicos deram acesso aos fatores de personalidade mais profundos por trás da ideologia antidemocrática e sugeriram como investigá-los em larga escala. O aumento do conhecimento sobre as forças subjacentes, do qual o preconceito era uma expressão, trouxe consigo um maior conhecimento de outros sinais ou manifestações pelas quais essas tendências poderiam ser reconhecidas (Adorno et al., 1950, p. 13, tradução nossa).

A utilização de questionários em uma fase pré-teste, e a alteração desses em um segundo momento, é uma das peculiaridades mais marcantes da pesquisa coordenada por Adorno, sobretudo pela depuração e refinamento constante das escalas de atitude a partir da formulação de novas versões, todas reproduzidas e detalhadas na obra (Ibañez, 2006). Para ilustrar esse aperfeiçoamento com a repetição dos processos de entrevista e aplicação dos questionários, Ibañez (2006) destaca a mudança no número de questões das fases iniciais para a fase definitiva do processo em cada uma das escalas: de 26 para 10 na escala de antissemitismo (AS), de 34 para 20 na de etnocentrismo (E), de 16 para 5 na de conservadorismo político-econômico (PEC) e de 76 para 42 na de fascismo (F).

Com relação ao nazismo na Alemanha, evidências históricas (Evans, 2018; 1989; Hobsbawm, 1995) apontam que os judeus não foram os primeiros ou únicos perseguidos pelo regime e, no caso da pesquisa, ela revela que as manifestações de personalidades potencialmente autoritárias e fascistas têm em si a aversão também a outros grupos, como comunistas, negros, homossexuais e latino-americanos. Contudo, parece coerente reconhecer que o antissemitismo é uma das mais notórias e evidentes marcas desse movimento – o nazifascismo. Logo, ao se tomar a missão designada pelo Comitê Judeu (conforme já mencionado, financiador do estudo) e rememorar os debates sobre o preconceito com o povo judeu, presentes em *Dialética do esclarecimento*, o antissemitismo (AS) foi a primeira escala elaborada pelo Grupo de Berkeley, mais precisamente por Levinson e Sanford.

A partir da determinação dos traços gerais que são próprios à orientação antissemita realizada por Frenkel-Brunswik e Sanford (e em conformidade com as supramencionadas evidências históricas de que os nazifascistas estendiam sua aversão e ódio a outros grupos), Levinson propõe, em um segundo momento, a escala de etnocentrismo (E) (Teixeira e Polo, 1975). A formulação dessa escala ocorre em consonância com a noção de que, por um lado, as atitudes antissemitas são apenas um dos traços das personalidades potencialmente fascistas e

que, por outro, o termo “preconceito” não é inteiramente adequado para designar essa personalidade, visto que tem numerosos significados e conotações que poderiam, segundo autores, obscurecer ou distorcer as ideias que norteavam a pesquisa (Adorno et al., 1950, p. 102).

Para o Grupo de Berkeley, o termo “etnocentrismo” é preferível porque seu significado tradicional se aproxima muito mais do que utilizavam ao falar de personalidades autoritárias ou fascistas.

Introduzido pela primeira vez e usado descritivamente por Sumner em 1906, o termo tinha o significado geral de provincianismo ou estreiteza cultural; significava uma tendência no indivíduo a ser “centrado na etnicidade”, ser rígido em sua aceitação do culturalmente “semelhante” e em sua rejeição do “diferente” (Adorno et al., 1950, p. 102, tradução nossa).

A concepção de etnocentrismo difere em vários aspectos importantes da noção usual do que se entende por preconceito. Enquanto este é comumente visto como um sentimento de desagrado contra um grupo específico (como o caso do antissemitismo, da islamofobia e o racismo contra os negros, por exemplo); o etnocentrismo, por outro lado, refere-se a um estado de espírito relativamente consistente em relação aos “estrangeiros” e pertencentes a outros grupos. Em outros termos, “O etnocentrismo refere-se às relações de grupo em geral; relaciona-se não apenas com os numerosos grupos para os quais o indivíduo tem opiniões e atitudes hostis, mas, de forma igualmente importante, com grupos para os quais ele está positivamente disposto e/ou alinhado” (Adorno et al., 1950, p. 102, tradução nossa).

Adorno et al. (1950) observam que os cientistas sociais já não mais questionam o fato de as forças políticas e econômicas desempenharem um papel vital no desenvolvimento do etnocentrismo, “[...] tanto em suas formas psicológicas institucionais quanto individuais” (Adorno et al., 1950, p. 151, tradução nossa). Assim, o Grupo de Berkeley pondera que, nas sociedades industriais modernas, a ideologia etnocêntrica tem sido utilizada por uma grande variedade de movimentos sociopolíticos que podem ser amplamente caracterizados como fascistas, reacionários, imperialistas, entre outros. Contudo, os autores alertam que o escopo dos estudos sobre a personalidade autoritária não é investigar diretamente os movimentos e estruturas sociais – monopólio, concentração de poder e riqueza, sindicatos trabalhistas, classe média decadente e assim por diante. Antes disso, estão preocupados “com as ideologias desses agrupamentos sociais, com a organização de ideologias no indivíduo e com alguns dos fatores responsáveis por esses amplos padrões ideológicos” (Adorno et al., 1950, p. 151, tradução

nossa). É nesse sentido que eles propõem a escala de conservadorismo político-econômico (PEC), na qual buscavam estudar os comportamentos dos grupos conservadores e liberais nos Estados Unidos. A partir dos primeiros estudos, os autores sugerem que:

Enquanto as ideologias, fascista e socialista-comunista (marxista), representam a extrema direita e esquerda, respectivamente, no que diz respeito à economia política e às relações grupais, nenhum ponto de vista encontrou até agora muito apoio ativo e aberto à cena política americana [...]. Existem evidências consideráveis que sugerem uma afinidade psicológica entre o conservadorismo e o etnocentrismo, o liberalismo e o anti-etnocentrismo. Em um estudo preliminar de Levinson e Sanford, o antissemitismo se correlacionou significativamente com a oposição a sindicatos e instituições socialistas (medicina socializada, propriedade governamental de empresas de serviços públicos, etc.). Além disso, os republicanos eram, em média, mais antissemitas que os democratas (Adorno et al., 1950, p. 152, tradução nossa).

Por fim, eles propõem a escala de fascismo (F), tendo essa última um duplo objetivo: “[...] avaliação indireta do preconceito etnocêntrico, sem referência a determinados grupos minoritários; e avaliação das disposições latentes, que tornam uma pessoa inclinada à concepção *fascista da vida*” (Teixeira e Teixeira, 1975, p. 49).

Dentre as escalas desenvolvidas, interessa-nos, aqui, a Escala F: de fascismo. Ela é, entre as quatro, sem dúvidas a mais famosa e replicada em estudos dentro da psicologia e das ciências sociais (Ibañez, 2006). Com efeito, na pesquisa chama a atenção os nove itens e/ou traços dentro dos quais se agrupam as 44 questões definitivas que a compõe. É a partir da compreensão do significado de cada um desses itens – que de forma mais ampla representam atitudes antidemocráticas típicas dos indivíduos fascistas (ou autoritários) – que se formula uma proposta de compreensão dos diferentes graus de autoritarismo presentes nos discursos produzidos e reproduzidos no atual estágio de ‘farsa da farsa’, que circula e ganha força em quase toda a esfera pública da América Latina.

Na pesquisa do Grupo de Berkeley, são nove os itens propostos na escala de fascismo: i) convencionalismo; ii) submissão autoritária; iii) agressividade autoritária; iv) anti-subjetividade; v) superstição e estereotipia; vi) poder e “dureza/rigidez”; vii) destruição e cinismo; viii) projeção; e ix) obsessão com sexo e sexualidade.

i. Convencionalismo

Na pesquisa, os autores (Adorno et al., 1950) pontuam que a rígida adesão àquilo que é

convencional é uma das características frequentes presentes nas personalidades potencialmente autoritárias identificadas, sendo uma atitude típica do burguês e da classe média. Teixeira e Polo (1975) consideram que indivíduos não convencionais são mais inclinados a serem livres de preconceito, enquanto indivíduos que cedem às pressões sociais externas pela continuidade daquilo que é “tradicional” ou “estabelecido” possuem maior dificuldade em aceitar o não igual ou a mudança. Contudo, a relação não pode ser descrita de maneira tão simplificada. Sobre isso, os autores de *The authoritarian personality* destacam que:

É uma hipótese bem conhecida que a suscetibilidade ao fascismo é mais caracteristicamente um fenômeno de classe média, que está “na cultura” e, portanto, que aqueles que mais se conformam com essa cultura serão os mais atingidos. Itens referentes à posse de valores convencionais foram incluídos na pesquisa para reunir dados sobre esta hipótese. Muitas das primeiras descobertas do presente estudo, no entanto, evidenciaram que o assunto não era tão simples [...], ficou claro que algumas pessoas convencionais eram preconceituosas, enquanto outras não eram preconceituosas (Adorno et al., 1950, p. 229-230, tradução nossa).

Eles explicam que a diferença reside justamente no tipo de convencionalismo ao qual o indivíduo (e sua estrutura de personalidade) vai se agrupar. A mera defesa e/ou identificação com valores convencionais não significa necessariamente uma pré-disposição às ideias totalitárias. Uma vez que o indivíduo tenha sua consciência individual plenamente estabelecida, o mesmo comportamento que o leva a condenar mudanças comportamentais pode levá-lo a resistir à violência praticada contra grupos minoritários. Porém, existe um segundo tipo de convencionalismo, marcado pela identificação cega dos indivíduos com os valores convencionais estabelecidos externamente pela ideologia que o grupo exerce como pressão. É nesse segundo tipo de convencionalismo – típico de uma sociedade administrada pelos *mass media* – no qual o indivíduo abre mão de sua faculdade de julgar em nome de uma ideia externa sobre a qual não reflete, tornando-se mais próximo das atitudes antidemocráticas. A rigor, o indivíduo que segue esse tipo de convencionalismo mais extremo não possui sequer o compromisso com as ideias estabelecidas ou “tradicionalistas”, pode migrar de orientação entre ideias radicalmente opostas conforme a determinação do grupo.

Se, por outro lado, a adesão aos valores convencionais é determinada pela pressão social externa contemporânea, se ela é baseada na adesão do indivíduo aos padrões dos poderes coletivos com os quais ele, por enquanto, é identificado, então devemos esperar uma estreita associação com a receptividade antidemocrática. É este último estado de coisas que desejamos chamar de convencionalismo – e de distinguir da mera aceitação de valores

convencionais. O indivíduo convencionalista poderia, em sua consciência, seguir os ditames da agência externa onde quer que o levassem e, além disso, seria capaz de trocar totalmente um conjunto de padrões por outro completamente diferente (Adorno et al., 1950, p. 230, tradução nossa).

ii. Submissão autoritária

A atitude submissa acrítica nas relações com alguma autoridade externa (idealizada pelo grupo como uma espécie de guardião e/ou régua da moral) é uma das principais características do indivíduo antidemocrático ou potencialmente autoritário. Adorno et al. (1950) destacam que a concepção nazista de vida se estrutura intimamente ligada com a dedicação e submissão exacerbada ao poder de alguma figura “forte” e autoritária do Estado. Contudo, ponderam que uma dificuldade para identificar essa característica está em diferenciar a mera admiração por figuras respeitáveis (o que se daria pelo julgamento das atitudes de determinado outrem a partir da própria consciência do indivíduo) dos processos de submissão acrítica (que são externos ao esquematismo do sujeito).

A tentativa foi de formular os itens de tal maneira que a concordância com eles indicaria não apenas um respeito realista e equilibrado pela autoridade válida, mas uma necessidade emocional exagerada e total de se submeter. Isso é indicado, ao que parece, pela concordância de que a obediência e o respeito pela autoridade são as virtudes mais importantes que as crianças deveriam aprender, que uma pessoa deveria obedecer sem questionar as decisões de um poder sobrenatural, e assim por diante (Adorno et al., 1950, p. 232), tradução nossa.

Para isso, o Grupo de Berkeley tomou como hipótese que a submissão autoritária era comumente um modo de lidar com sentimentos (respeito, obediência, gratidão) ambivalentes em relação a figuras de autoridade. A origem desses sentimentos estaria vinculada, principalmente, com a repressão da hostilidade que sentiam por autoridades internas (originalmente os pais: acusados de serem “injustos”, “egoístas”, “dominadores”).

A submissão à autoridade – o desejo por um líder forte, a subserviência do indivíduo ao Estado e assim por diante – tem sido tão frequentemente e, como nos parece, corretamente, estabelecida como aspecto importante do credo nazista que uma busca por correlatos de preconceito tinha naturalmente que levar em conta essa atitude. Essa atitude, de fato, foi tão regularmente mencionada em associação com o antissemitismo que foi particularmente difícil formular itens que expressassem a tendência subjacente e ainda fossem suficientemente livres de relações lógicas ou diretas para o preconceito – e não podemos afirmar que fomos totalmente bem-sucedidos. [...] A submissão

autoritária foi concebida como uma atitude muito geral que seria evocada em relação a uma variedade de figuras de autoridade – pais, pessoas idosas, líderes, poder sobrenatural e assim por diante (Adorno et al., 1950, p. 232, tradução nossa).

iii. Agressividade autoritária

Os pesquisadores (Adorno et al., 190) consideram que o indivíduo que foi forçado a desistir dos prazeres básicos e a viver sob um sistema de restrições rígidas (sentindo-se, inclusive, atraído por esse sistema) vai se mostrar particularmente irritado com a ideia de que outras pessoas possam rejeitar a moral vigente no grupo. Da mesma forma como a atração acrítica pelos superiores representa o componente masoquista do autoritarismo, a violência e o ódio direcionados àqueles que não se submetem às autoridades veneradas, ou que buscam comportamentos que fujam do convencional, é componente sádico: “É de se esperar, portanto, que o convencionalista que não consegue fazer qualquer crítica real à autoridade tenha o desejo de condenar, rejeitar e punir aqueles que violarem esses valores” (Adorno et al., p. 233, tradução nossa).

Sobre a transformação do sadismo em atos efetivos de violência sob a máscara de defesa da moral, os autores observam que:

Uma vez que o indivíduo tenha se convencido de que há pessoas que deveriam ser punidas, ele é provido de um canal através do qual seus mais profundos impulsos agressivos podem ser expressos, mesmo quando ele pensa em si mesmo como completamente moral. Se suas autoridades externas, ou a multidão, emprestarem sua aprovação a essa forma de agressão, então ela pode assumir as formas mais violentas, e pode persistir depois que os valores convencionais, em nome dos quais foram assumidos, tenham sido perdidos de vista (Adorno et al., p. 233, tradução nossa).

iv. Anti-subjetividade

Os autores recorrem ao conceito de “intraceção”, em contraposição à ideia de “extraceção”. O primeiro teria sido introduzido por Henry Murray¹¹ para representar “[...] o domínio de sentimentos, fantasias, especulações, aspirações – uma visão humana subjetiva e imaginativa” (Adorno et al., 1950, p. 235), e “extraceção” seria a tendência em se descrever

¹¹ Henry Alexander Murray (1893-1988) foi um psicólogo estadunidense. Dirigiu durante três décadas a universidade de Harvard e foi diretor da Clínica Psicológica de Harvard nos anos de 1930. Propôs o termo “intraceção” em 1938 na obra *Explorations in personality*.

tudo a partir das condições físicas concretas e observáveis por meio de fatos tangíveis e objetivos. Contudo, os pesquisadores marcam que mais do que a perspectiva oposta, os sujeitos com uma personalidade propensa ao autoritarismo teriam uma aversão profunda àqueles que nutrem uma visão imaginativa ou subjetiva, logo uma “anti-intracção” (ou anti-subjetividade) e não apenas uma “extracção”.

O indivíduo extremamente anti-intracção tem medo de pensar sobre os fenômenos humanos porque, por assim dizer, poderia pensar os pensamentos errados; ele tem medo do sentimento genuíno porque suas emoções podem ficar fora de controle. Fora de contato com grandes áreas de sua própria vida interior, ele tem medo do que poderia ser revelado se ele ou outros olhassem atentamente para si mesmos. [...] Uma característica importante do programa nazista foi difamar tudo que tendia a tornar o indivíduo consciente de si e dos seus problemas; não só a psicanálise “judaica” foi rapidamente eliminada, mas todo tipo de psicologia, exceto o teste de aptidão, foi atacado. Essa atitude geral leva facilmente a uma desvalorização do humano e a uma supervalorização do objeto físico (Adorno et al., 1950, p. 235, tradução nossa).

v. Superstição e estereotipia

A superstição é tomada pelos investigadores (Adorno et al., 1950) como a crença em determinantes místicos ou fantásticos externos, como forças ativas no destino do indivíduo. A estereotipia, por sua vez, é a disposição desse mesmo indivíduo (potencialmente autoritário) de se mostrar propenso a pensar em categorias rígidas, ou seja, em aceitar com conformidade sua situação a partir da atuação dessas forças externas.

Para exemplificar com casos nos quais predomina a superstição ou estereotipia, os pesquisadores citam episódios nos quais os indivíduos da sociedade moderna que, mesmo sendo “inteligentes” ou “informados”, recorrem a explicações primitivas e simplificadoras para compreender os diferentes eventos humanos. A explicação estaria no fato de que as explicações em conformidade com o real seriam carregadas de afeto e potencialmente geradoras de ansiedade, algo que o ego fraco de indivíduos potencialmente fascistas não aceitaria.

A superstição indica uma tendência a transferir a responsabilidade de dentro do indivíduo para forças externas além do controle de alguém; indica que o ego já poderia ter “desistido”, isto é, renunciado à ideia de que poderia determinar o destino do indivíduo superando as forças externas (Adorno et al., 1950, p. 236, tradução nossa).

vi. Poder e “dureza/rigidez”

A identificação com o poder e a superexposição de uma “dureza/rigidez” podem refletir uma fraqueza do ego e marcar o que descrevem como um “complexo de poder”. Para os indivíduos potencialmente autoritários haveria uma disposição para ver todas as relações entre as pessoas em termos de categorias como forte-fraco, dominante-submisso, líder-seguidor (Adorno et al., 1950). Da mesma maneira que se submetem às figuras de poder, direcionam uma rigidez excessiva aos grupos localizados hierarquicamente em um nível inferior, dentro das relações sociais.

E é difícil dizer com qual desses papéis o sujeito se identifica mais. Parece que ele quer ter poder e ao mesmo tempo tem medo de aproveitá-lo. Parece que ele também admira o poder nos outros e está inclinado a se submeter a eles – e ao mesmo tempo tem medo da fraqueza implícita nesse ato [...]. Em suma, o complexo de poder contém elementos que são essencialmente contraditórios, e devemos esperar que às vezes uma característica e às vezes outra predomine no nível da superfície (Adorno et al., 1950, p. 237, tradução nossa).

O Grupo de Berkeley destaca que o indivíduo com essa característica espera que, ao se submeter ao poder, possa participar dele. Por exemplo, um homem que relata que a experiência mais estimulante para ele seria “apertar a mão do presidente” provavelmente encontra sua satisfação não apenas na submissão, mas na ideia de que parte do poder do líder tenha sido passado para ele nesse gesto compartilhado, que o tornará uma espécie de intermediário de destaque entre o líder e os demais (Adorno et al., 1950).

vii. Destruição e cinismo

Adorno et al. (1950) alertam que essa variável se refere à agressão racionalizada dos indivíduos, ou seja, às formas de agressão aceitas pelo ego e não-moralizadas. A suposição dos teóricos de Berkeley ao formularem as perguntas referentes à destruição e ao cinismo é de que um sujeito poderia expressar essa tendência concordando com afirmações que, embora completamente agressivas, foram expressas em termos que evitavam sua censura moral. Destarte, elaboraram itens que ofereciam justificativas para a agressão que, uma vez aceitos, indicavam o desprezo total pelo que é humano (e pela própria humanidade), além de uma ausência de alteridade que em última instância culminaria com formas totalitárias de violência.

Isso ocorre, sobretudo, quando o sentimento se torna aparentemente compartilhado com outros membros da comunidade:

[...] a hostilidade é tão generalizada, tão livre de direção contra qualquer objeto em particular, que o indivíduo não precisa se sentir responsável por ela. Outra concepção orientadora é de que uma pessoa pode expressar sua agressividade mais livremente quando acredita que todos estão fazendo isso (Adorno et al., 1950, p. 239, tradução nossa).

viii. Projeção

Teixeira e Polo (1975) consideram que a projeção é uma das categorias mais interessantes do estudo sobre a personalidade autoritária. Trata-se de uma transferência, para o mundo exterior, dos problemas interiores da personalidade e do id (impulsos, tabus, fraquezas, temores).

O mecanismo de projeção foi mencionado em conexão com a agressão autoritária: os impulsos reprimidos do caráter autoritário tendem a ser projetados em outras pessoas que são então culpadas. A projeção é, portanto, um dispositivo para manter o id impulsionado pelo ego, e pode ser tomado como um sinal da inadequação do ego no desempenho de sua função. De fato, em certo sentido, a maioria dos itens da escala F é projetiva: eles envolvem a suposição de que os julgamentos e as interpretações de fatos são distorcidos por impulsos psicológicos (Adorno et al., 1950, p. 240, tradução nossa).

Com a investigação da projeção desenvolvida pelos indivíduos potencialmente autoritários, os pesquisadores observaram tendências mais profundas da personalidade. Isso porque, se o indivíduo antidemocrático está disposto a ver no mundo exterior impulsos que são reprimidos em si mesmo, uma forma eficiente de observar essas características é verificar as projeções que ele realiza no mundo ao seu redor.

ix. Obsessão com sexo e sexualidade

A preocupação exagerada e obsessiva com relação ao sexo e à sexualidade dos demais é a última das características apontadas na pesquisa como típica de indivíduos potencialmente fascistas. As questões designadas nos questionários para apontar essa condição são as mesmas que permitem constatar a agressividade autoritária e a projeção. Segundo os autores:

Este é um exemplo da interação próxima de todas as variáveis presentes; uma vez que, tomadas em conjunto, constituem uma totalidade, uma única questão pode pertencer a dois ou mais aspectos do todo. Para fins de análise, o sexo pode ser abstraído da totalidade, assim como de qualquer outra variável (Adorno et al., 1950, p. 240, tradução nossa).

Na avaliação dos autores da pesquisa, a forte inclinação dos indivíduos potencialmente autoritários para punir grupos considerados como violadores de costumes sexuais (os homossexuais, por exemplo), é a expressão, *a priori*, de uma atitude baseada na identificação com autoridades internas, mas também sugere que os próprios desejos sexuais do sujeito em questão são suprimidos e correm o risco de escapar. Isso porque, a tendência geral desses indivíduos em distorcer a realidade, por meio da projeção, dificilmente se manifestaria se o sujeito não tivesse os mesmos impulsos fortemente ativos em seu inconsciente.

Conclusões, críticas e a atualidade da Escala F

Para Adorno et al. (1950) o resultado mais relevante dos estudos sobre a personalidade autoritária é a demonstração de que existe uma estreita correspondência entre a perspectiva de mundo adotada pelo sujeito e uma variedade de tópicos, desde os aspectos mais íntimos da vida familiar e sexual de cada indivíduo, até os seus relacionamentos com as outras pessoas de uma forma geral, a religião e a política. Os autores ponderam que uma relação entre pai e filho que seja fundamentalmente hierárquica, autoritária e exploradora pode levar a uma atitude do filho marcada pela dependência, exploração e desejo de dominar os demais. Isso ocorre tanto no âmbito privado, como nas relações sociais de forma mais ampla, através de visões antagônicas e/ou dicotômicas sobre comportamentos sexuais e valores morais, obediência ao poder e uso da força, liberdade individual e deveres perante o coletivo, entre outros. É a manifestação daquilo que está ativo, mas reprimido, uma projeção de si naquilo que é tido como “defeituoso” ou “impróprio” no outro:

O convencionalismo, a rigidez, a negação repressiva e o conseqüente surgimento de sua própria fraqueza, medo e dependência são apenas diferentes aspectos do mesmo padrão básico de personalidade, e pode ser observado tanto na vida pessoal e em atitudes em relação a religião e questões sociais (Adorno et al., 1950, p. 971, tradução nossa).

Por outro lado, Adorno et al. (1950) consideram que existe um padrão caracterizado principalmente por relações interpessoais afetivas, basicamente igualitárias e tolerantes. Esse

padrão engloba atitudes dentro da família e em relação ao sexo oposto, bem como uma internalização de valores religiosos e sociais que permitem uma maior flexibilidade, culminando com a formação de indivíduos mais democráticos. Eles alertam para a relação dialética que marca os dois tipos de comportamento identificados (autoritário e democrático):

No entanto, esses dois tipos opostos de abordagem não podem ser considerados desiguais em termos absolutos. Surgem como resultado da análise estatística e, portanto, devem ser considerados como síndromes, um produto de fatores correlatos e ligados por relações dinâmicas. Essas síndromes consistem em um conjunto de sintomas que muitas vezes estão ligados, mas que deixam espaço para variações em suas características específicas [...]. Entretanto, nossos sujeitos preconceituosos formam juntos, um grupo mais homogêneo do que aqueles que não são. Entre estes últimos, encontramos uma grande variedade de personalidades, muitas das quais, pelo menos aparentemente, não mostram nada mais em comum do que a falta de um tipo particular de hostilidade (Adorno et al., 1950, p. 971-972, tradução nossa).

Uma última conclusão dos pesquisadores de Berkeley diz respeito à limitação do próprio estudo, uma vez que optaram em realizar um trabalho aprofundado, a fim de identificar e descrever as categorias para novas empreitadas, buscando compreender a constituição das personalidades potencialmente autoritárias nos grupos de indivíduos estudados, e não propriamente uma pesquisa extensiva, que se pretendesse em algum momento decisiva ou definitiva sobre a questão.

Naturalmente, toda essa abordagem está sujeita à limitação geral derivada das características de nossa amostra de indivíduos. Pensamos que um estudo sobre um tema de tão grande significado social merece uma base estatística comparável às das pesquisas de opinião nacionais. No nosso caso, preferimos realizar um estudo mais profundo a extensivo (Adorno et al., 1950, p. 972-973, tradução nossa).

Após a publicação da pesquisa, de acordo com Ibañez (2008), os estudos sobre a personalidade autoritária rapidamente ganharam evidência nos debates acadêmicos e, apesar das considerações finais apresentadas pelos autores, a pesquisa recebeu algumas críticas sobre a metodologia. As principais diziam respeito a uma suposta falta de imparcialidade na formulação das escalas e dos questionários e na realização das entrevistas, que teriam certa cumplicidade com o posicionamento político dos autores; com a identificação exclusiva do autoritarismo com o fascismo, omitindo uma possível relação entre as práticas autoritárias e a esquerda; o excesso de generalizações não justificadas; a definição de atitudes políticas como

características permanentes da personalidade e não como aspectos da ordem social; e o uso excessivo de técnicas psicanalíticas (Ibáñez, 2008).

No que tange a ideia de uma ausência de imparcialidade do investigador, vale ressaltar que a postura “adorniana” que norteia os trabalhos coletivos de investigação das personalidades autoritárias é a mesma consagrada pelo autor em seus demais escritos e marca uma oposição radical à ideia de uma abordagem positivista, própria da teoria tradicional, na investigação social. No momento em que se confere primazia ao objeto, torna-se inviável esperar uma atitude de neutralidade, visto que essa traz consigo a premissa de superioridade ao objeto observado. Assim, não se trata de um demérito, mas de um dos muitos méritos da pesquisa desenvolvida em Berkeley.

Sobre o uso de autoritarismo como sinônimo para fascismo, vale notar que a correlação surge a partir das entrevistas e das observações dos próprios dados, que mostram que as ideias próprias ao fascismo são intimamente relacionadas com os pensamentos autoritários. Por fim, sobre o excesso de generalizações, do estudo sobre o comportamento político a partir da personalidade, bem como o excesso de ferramentas psicanalíticas, cabe reforçar que a defesa antecede as críticas, pois Adorno e toda a equipe de colaboradores anteciparam uma mea-culpa sobre o caráter inovador – do ponto de vista metodológico – do projeto, haja vista que, para além dos resultados (generalizáveis ou não), a grande contribuição do Grupo de Berkeley é justamente a formulação das categorias analíticas que fundamentaram o conjunto de técnicas aplicadas nos estudos sobre a personalidade autoritária.

Tendo em conta que os comportamentos autoritários manifestados pela personalidade potencialmente fascista manifesta estão presentes tanto no âmbito do privado como nas relações sociais, bem como a impossibilidade de ampliar os estudos apontados pelos próprios pesquisadores – que preferiram uma abordagem mais profunda a uma mais extensiva –, propõe-se as nove categorias elaboradas por Adorno et al.(1950) dentro da Escala F como caminho viável para identificação de padrões discursivos alinhados com um pensamento manifesto que só é esperado de personalidades potencialmente fascistas.

A retomada dessas categorias e sua utilização em pesquisas que buscam compreender a extrema guinada à direita (ou a aproximação com o pensamento fascista) na América Latina, surge com caminho urgente para que, tanto do ponto de vista da episteme quanto da aproximação com a práxis, possa-se restaurar o grande objetivo proposto por Adorno (1995) para todo o projeto educacional contemporâneo: evitar que Auschwitz se repita.

Por fim, urge constatar que, tomando-se as nove categorias da Escala F desenvolvidas

pelo Grupo de Berkeley como lente de observação sociopolítica da América Latina hodierna, um simples folhear de páginas em qualquer tabloide pode ser capaz de provocar angústia e melancolia no mais otimista dos democratas, vez que os estudos sobre a personalidade autoritária tiram os debates sobre o espectro do fascismo do nível da *Doxa*, desvelando, com o rigor metodológico e científico da pesquisa conduzida por Adorno et al. (1950), uma espécie de materialização das mesmas características de personalidade próprias ao nazifascismo. Assim, retomando a provocação de Vedda, percebe-se a espantosa cristalização da “farsa da farsa” (que não seria outra coisa, senão, citando Brecht, a persistência no cio da cadela do fascismo) quando – uma a uma – as nove categorias da Escala F ganham forma ‘humana’ e voz.

No caso específico do Brasil, tal materialização ocorre quando ganham força movimentos reformistas e revisionistas, que defendem com saudosismo, por exemplo, a retomada de um regime monárquico – marcado pela escravidão – e/ou da ditadura militar – marcada pela tortura e opressão (categoria de conservadorismo); quando a multidão exalta como líder e guardião da “moral”, elegendo-o como chefe do Executivo, um indivíduo conhecido por discursos autoritários e de ódio contra as minorias, aos quais parte considerável das pessoas opta por se submeter acriticamente, ainda que atentando contra os próprios interesses de classe (categoria de submissão autoritária); quando a submissão masoquista a esse jogo discursivo autoritário encontra a oportunidade de revelar seu componente sádico através do linchamento (moral ou físico) daqueles que não se submetem ao mesmo poder, como os suspeitos de algum crime ou pessoas de grupos sociais ou políticos diferentes (categoria de agressividade autoritária); quando se tornam constantes os ataques direcionados à cultura, ao financiamento cultural e aos próprios artistas (categoria de anti-subjetividade); quando projetos e ações de governo passam a ser justificados ‘em nome de Deus e da família tradicional’ (categoria de superstição e estereotipia); quando a fome e a violência passam a ser culpa apenas da fraqueza e da ausência de esforços daqueles que delas sofrem (categoria de poder e “dureza/rigidez”); quando um ministro defende que ao ‘dialogar’ com progressistas é importante ‘não ter premissas racionais’ e ‘xingar’ (categoria de destruição e cinismo); quando os temas ligados ao controle do corpo e da sexualidade do outro passam a ser uma das principais preocupações do governo, que busca controlar desde o conteúdo de testes educacionais até a cor da roupa que as crianças deveriam utilizar, desde o corpo da mulher até a liberdade para a manifestação pública de afetos (categorias de projeção e obsessão com sexo e sexualidade). Mais do que prova da vitalidade dos estudos conduzidos em Berkeley, todos esses são apenas sintomas por meios dos quais é possível inferir que o Estado brasileiro dá suporte à ‘farsa da

farsa' que, além do Brasil, a Argentina, o Peru, a Colômbia e o Paraguai também seguem a mesma cartilha ultraneoliberal (Odila, 2018).

Referências

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ADORNO, T. W. et al. **The authoritarian personality**. New York: Harper&Brothers, 1950.

BERMUDES, W. L. et al. Tipos de escalas utilizadas em pesquisas e suas aplicações. **Vértices**, Campos dos Goytacazes, v.18, n.2, p. 7-20, maio-ago. 2016.

CARONE, I. Adorno e a música no ar: the Princeton radio researchproject. In: PUCCI, B.; LASTÓRIA, L. A. C. N; COSTA, B. C. G. (Orgs.). **Tecnologia, cultura e formação...** ainda Auschwitz. São Paulo: Cortez, 2003.

EVANS, R. **In Hitler's shadow**: West German historians and the attempt to escape from the nazi past. London: I. B. Tauris, 1989.

EVANS, R. **Terceiro Reich na história e na memória**: novas perspectivas sobre o nazismo, seu poder político, sua intrincada economia e seus efeitos na Alemanha do pós-guerra. Trad. Renato Marques. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

FREDERICO, C. Recepção: divergências metodológicas entre Adorno e Lazarsfeld. **Matrizes**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 157-172, 2008.

HOBSBAWM, E. **Age of extremes**: the short twentieth century – 1914-1991. London: Abacus, 1995.

IBÁÑEZ, J. E. R. **Presentación**. In: ADORNO, T. W.; FRENKEL-BRUNSWIK, E.; LEVINSON, D. J.; NEVITT SANFORD, R. La Personalidad Autoritaria (Prefacio, Introducción y Conclusiones). **Empiria**: Revista de Metodología de las Ciencias Sociales, n. 12, p. 155-200, jul.-dez. 2006.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Trad. e notas Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

ODILA, F. Por que especialistas veem “onda conservadora” na América Latina após disputa no Brasil. **Folha de São Paulo**, 24.10.2018.

TEIXEIRA, J. B. C; POLO, A. A personalidade autoritária: componentes e gênese psicológica. **Arquivo Brasileiro de Psicologia Aplicada**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 47-69, out./dez. 1975.

VEDDA, M. **XI Congresso Internacional de Teoria Crítica**: Estado de exceção e racionalidade na idade média. Conferência: Filosofia, teoria social e Estado de exceção. 01-05 de oct. de 2018. Notas do congresso.